

A LIBERDADE POLÍTICA SENIANA: UMA ANÁLISE EM ASSENTAMENTOS RURAIS.

SENIAN POLITICAL FREEDOM: AN ANALYSIS OF RURAL SETTLEMENTS

Napiê Galvê Araújo Silva¹

<https://orcid.org/0000-0002-7966-3311>

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise da *liberdade política* em assentamentos rurais no município de Russas-CE, no intuito de contribuir para a reprodução material e simbólica dos referidos beneficiários à luz da teoria Seniana do desenvolvimento como liberdade. Como método de análise da efetividade dessas ações, resolvemos segmentar o nosso objeto de estudo conforme os estágios de implementação do programa de reforma agrária, de acordo com a classificação do INCRA. Dividindo, portanto, esses assentamentos nas realidades em “Criação”, “Estruturação” e “Consolidação”. Obtemos como conclusão, a correlação da proporcionalidade das privações em suas mais variadas ordens, com o engajamento político dos beneficiários. Portanto, quanto maior forem às privações, maiores será o engajamento político e vice-versa.

Palavras-chave: Liberdade Política, Assentamento rurais, Desenvolvimento.

Abstract: The present work aims to make an analysis of political freedom in rural settlements in the municipality of Russas-CE, in order to contribute to the material and symbolic reproduction of the referred beneficiaries in the light of the Senian theory of development as freedom. As a method of analyzing the effectiveness of these actions, we decided to segment our object of study according to the stages of implementation of the agrarian reform program, according to the INCRA classification. Therefore, dividing these settlements into the realities of ‘Creation’, ‘Structuring’ and ‘Consolidation’. As a conclusion, we obtain the correlation of the proportionality of deprivations in their most varied orders, with the political engagement of the beneficiaries. Therefore, the greater the deprivations, the greater the political engagement and vice versa.

Keywords: Political Freedom, Rural Settlement, Development.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, vinculado aos Programas de Pós-graduação: PROFIAP e PROFNIT. napiegalve@yahoo.com.br

Introdução

As questões que costumam orbitar em torno das dimensões do desenvolvimento são diversas e cruciais para o desenho da trajetória social, política e econômica de uma sociedade ou nação. Desenhos esses que são embasados e fundamentados por princípios e axiomas de cunho ideológico, e que procuram fundamentar, a partir de teorias ou modelos de crescimentos, como se devem orientar a formação política de desenvolvimento de uma região.

Tal fundamentação teórica possui, independentemente da corrente política ideológica que orienta as suas respectivas formulações, o consenso na distribuição dos benefícios para ambas as partes envolvidas dentro desse processo da política de desenvolvimento. Dessa forma, muitos teóricos acreditam que apenas o papel da distribuição das benesses que orientam todo e qualquer modelo de crescimento ou de desenvolvimento é suficiente em si para que os mesmos possam vir a ter a aprovação social de toda uma coletividade, que, de uma forma ou de outra, será alcançada por esses efeitos.

É dentro das questões desses efeitos distributivos que emerge, na ciência econômica e social, a produção de uma sociedade mais igualitária ou não. Então as dimensões analíticas da desigualdade econômica e social vão muito além da problemática distributiva. Em outras palavras, não basta apenas a dissolução ou pulverização das benesses de um modelo de crescimento ou de desenvolvimento para os seus atores econômicos envolvidos, mas sim de uma análise profunda da tessitura desse processo de distribuição, e, conseqüentemente, dos seus efeitos diretos sobre a vida de seus atores.

Assim, as dimensões das desigualdades geradas nos modelos de desenvolvimentos sejam eles distributivos ou não, remetem-nos às ideias das disparidades de riquezas, de assimetrias acentuadas no poder, e, conseqüentemente, das oportunidades políticas, sociais e econômicas de qualquer nação.

Dessa forma, a política fundiária de assentamentos se apresenta, segundo os autores dos estudos rurais, como uma possível solução, dado o processo de exclusão que a população rural viveu dentro desse momento da política de desenvolvimento da economia brasileira, sendo esse de exclusão e expropriação conforme Martins (1991). Além disso, acreditamos que essas unidades reformadas se apresentam também como *locus*, não só da reprodução material desses beneficiários, mas também de sua reprodução simbólica, como afirma Sauer (2010).

Diante das formas de restrições que as realidades assentadas incorrem, procuraremos, a partir da capacidade explicativa da teoria do ‘desenvolvimento como liberdade’ de Amartya Sen, compreender como se efetiva a expansão das capacidades humanas em realidades assentadas, por meio da remoção das privações, via as *liberdades políticas* para o exercício do desenvolvimento como liberdade nessas áreas de reforma agrária. Efetividade essa que não se restringe apenas a sua reprodução material, mas também simbólica, pois não podemos ter uma visão reducionista e quantitativista das formas de expressão da vida humana.

Referencial Teórico: A liberdade política Seniana.

A *liberdade política* caracteriza-se como uma condição *sine qua non* dentro dos regimes ditos como democráticos, nos quais a mesma se encontra materializada na capacidade dos indivíduos de se fazer, e de se exercer os seus direitos e deveres como cidadãos e protagonistas da construção de suas trajetórias socioeconômicas, conforme postula Sen (2010), ao citar Rawls, a democracia é uma ‘racionalidade pública’, ou seja, que dá a oportunidade para a discussão pública, bem como a participação interativa dentro de um encontro racional. Ainda corroborando com essa ideia, Sen (2010) diz que, para Stuart Mill, a democracia é governo que se dá através da discussão.

Isso se dá através de uma participação ativa nas decisões coletivas, estejam elas inseridas desde construções mais simples, como organização coletiva de assentados, sindicatos e associações de moradores até a participação nas eleições de representantes políticos nas três esferas do poder estatal. Participação essa que não se encontra apenas materializada no voto de representantes devidamente eleitos ou não.

As eleições e os votos são parte de um amplo processo de discussão, do qual faz parte, principalmente, o acompanhamento da trajetória política dos candidatos, bem como de suas ideologias e projetos levantados pela sua legenda partidária. E, notoriamente, a sua respectiva condução como representante eleito, por ele e pelos demais membros da coletividade. Dessa forma, tem-se a capacidade de acompanhar, fiscalizar, cobrar e orientar aqueles que eles mesmos elegeram como seus representantes devidamente eleitos.

Sen (2010) traz à tona uma discussão interessante a respeito do exercício das liberdades políticas nos regimes autoritários (ou ditos como totalitários), e nos regimes democráticos. Alguns teóricos afirmam que em regimes autoritários o desenvolvimento econômico tende a funcionar melhor do que em regimes democráticos, principalmente quando

fazem uma comparação entre China e Índia, aquele sob o regime autoritário e este sob o democrático, e com trajetórias distintas no que concerne aos aspectos do desenvolvimento socioeconômico, tendo o primeiro logrado êxito superior ao último.

Esse tipo de análise poderá ser constatado ou não na realidade pesquisada, pois verificaremos as unidades assentadas, que estejam ou não sob a gestão, orientação ou acompanhamento sistemático, integral ou parcial, por algum movimento social de luta pela reforma agrária, ou por técnicos de órgãos estatais.

Segundo a literatura de estudos rurais, temos registros de que, em algumas unidades assentadas, geridas ou acompanhadas por tais movimentos ou por técnicos de órgãos estatais, conforme Neves (1997); D’Incao e Roy (1995); Pessoa (1999), independentemente do êxito sobre o desenvolvimento socioeconômico dos mesmos, podemos verificar a ausência de liberdade política e econômica dos referidos assentados. Tal ausência se dá no que tange a pensamentos contrários às diretrizes ou à fala das lideranças nos referidos movimentos sociais ou técnicos; bem como à impossibilidade do exercício da liberdade de sua reprodução material individualizada, dadas as orientações do coletivismo em praticamente todas as ações a serem realizadas dentro da unidade reformada.

Assim, Sen (2010) procura desconstruir essa ideia de que regimes autoritários funcionam melhor do que os regimes democráticos, no que tange ao desenvolvimento econômico, ao afirmar que os direitos democráticos estão entre os componentes constitutivos do desenvolvimento, e os mesmos não têm de ser justificados por sua contribuição indireta ao crescimento econômico. Ainda afirma, o referido autor, que cidadãos desprovidos de liberdade política estão privados de uma liberdade básica e de um constituinte fundamental do bem-estar.

Dessa forma, procura-se averiguar como se configura o exercício das liberdades políticas dos beneficiários dos programas de reforma agrária, dadas as insurgências pelos técnicos dos órgãos estatais e dos movimentos sociais ligados ao movimento, com suas colocações autoritárias, como condição *sine qua non* para ter acesso aos programas ou políticas públicas, sejam elas estruturantes ou complementares; o que pode ser visto em Neves (1997); D’Incao e Roy (1995); Pessoa (1999).

Sendo assim, levando-os, coercitivamente – seja a coerção oriunda de lideranças governamentais ou não-, a participar das associações, ou, além disso, tendo que aderir às

ações e às atividades coletivas sugeridas por essas lideranças como única via e não como alternativa perante as outras formas de condições de acesso às benfeitorias advindas das políticas estruturantes e complementares dos referidos assentamentos.

O fato das condições de acesso às políticas públicas (estruturantes ou complementares) estarem vinculadas apenas a uma única via, qual seja o coletivismo (ou associação) impostos por esses técnicos e lideranças (mediadores) dessas organizações ligadas ao processo de reforma agrária, acaba se convertendo, na visão Seniana, em uma forma de privação ao exercício da expansão das capacidades humanas. Isso ocorre devido ao fato de que esses mediadores não proporcionam aos beneficiários dos programas de reforma agrária outras vias alternativas de acesso a tais benefícios.

Oportunidades reais não são parâmetros medidos por recursos disponibilizados às pessoas, mas funções cujos valores são determinados por uma série de fatores: recursos, talentos, condicionamentos, direitos, expectativas, escolhas anteriores, consequências controláveis ou não de ações individuais ou coletivas, auto estima, poder de iniciativa, voz na comunidade, processos decisórios, e etc. (Sen, 2012, p. 13)

Apesar de a democracia garantir uma liberdade e igualdade política aos seus cidadãos, por meio das leis constitucionais como direitos fundamentais; liberdade de expressão; direito à associação; igualdade perante a lei; direito contra formas de discriminação, essas formas de igualdade e liberdade geralmente não se estendem e nem se traduzem em outros espaços, como a esfera econômica e social da população como um todo.

Acarretando, portanto, formas de desigualdades, sejam elas de cunho histórico, como o processo de concentração fundiária brasileira, o racismo, a exclusão social dos incapacitados e abandonados, dentre outras formas de segregação, estejam estas vinculadas a questões de renda ou à questão social.

Dessa forma, Sen (2010; 2012; 2015) ressalta a importância da *accountability*² no processo das liberdades políticas por parte dos cidadãos, pois esse será o mecanismo do exercício democrático. Assim, para o referido autor, a ausência de um sistema de *accountability* acaba se tornando um terreno fértil para a corrupção, seja este de agentes públicos ou privados em qualquer forma de organização coletiva, como, por exemplo, as

² Remete a ideia que envolve as relações (não apenas legais ou formais) de fiscalização e controle dos agentes públicos, considerados responsáveis pelas políticas que promovem ou não (caso de omissão), estando sempre sujeitos a algum tipo de sanção (não necessariamente formal). Assim refere-se à sujeição, ao permanente monitoramento e também à obrigação pública de prestar contas ao apresentar uma justificativa do que fazem (e aos mecanismos que garantem o cumprimento dessa obrigação). (Sen, 2015, p.8).

associações de produtores rurais, sindicatos rurais, e associação dos beneficiários do programa de reforma agrária, dentre outros.

Ainda segundo Sen (2015), a corrupção tende a ser mais visível nos contextos de obscuridade informacional. Temática que abordaremos na próxima seção, sobre a forma de liberdade instrumental, que está intrinsecamente relacionada com a liberdade política, ou seja, as garantias de transparências.

Metodologia da Pesquisa:

Para realização da pesquisa, foram escolhidos, do campo de estudo, nove dos onze assentamentos federais que existem no município de Russas-CE, que se encontra a uma distância de 160 km da capital do estado. A escolha da região se deu em decorrência do município congregar uma quantidade representativa de unidades assentadas em estágios de processo de implementação distintos, conforme a descrição do quadro 01. Pôde-se, assim, fazer uma análise da efetividade nos assentamentos em suas diferentes fases de implementação, dado que os mesmos sofrem influências similares das políticas públicas, sejam elas da esfera municipal, estadual ou federal, em razão de se encontrarem localizados na mesma cidade, estado e país.

Quadro 01: Fases de Implementação do Programa de Reforma Agrária nos Assentamentos.

Fase	Descrição
Assentamento Criado	Imóvel já sob o domínio ou posse do Incra na condição permissiva de ingresso das famílias selecionadas, para o processo de legitimação delas com a assinatura de respectivos contratos de assentamento.
Assentamento em Estruturação	Aquele em que se inicia a fase de implantação de infraestrutura básica: abastecimento de água; eletrificação rural, estradas vicinais e edificação de moradias.
Assentamento em Consolidação	Aquele cujos beneficiários já se encontram instalados, com dotação de infraestrutura básica, e acesso ao Pronaf-A, estando em fase de titulação definitiva, cujas famílias já possuem condições socioeconômicas de migrar para as outras linhas de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf.

Fonte: Adaptação do Autor, a partir das informações do INCRA (2016).

Para a escolha desses nove dentre os onze assentamentos federais existentes no município de Russas-CE, levamos em consideração alguns aspectos de viabilidade da pesquisa, como recursos financeiros e logísticos. Dessa forma, excluímos o maior assentamento – em razão do elevado número de famílias para uma amostragem de 50% de entrevistados; e o menor assentamento – em virtude de existir apenas uma família -, conhecido pelos técnicos da região como assentamento fantasma.

Portanto, dos nove assentamentos escolhidos, entrevistamos uma amostragem não probabilística de 50% dos beneficiários de cada assentamento em suas diferentes fases de implementação – amostragem essa que nos dará uma representatividade estatística considerável para análise dos resultados -, totalizando 75 entrevistas, distribuídas da seguinte forma: 29 em ‘Consolidação’; 30 em ‘Estruturação’; e 16 em ‘Criação’, conforme o quadro 02 abaixo. No que tange à escolha das famílias entrevistadas, inicialmente primou-se pelos beneficiários que são membros da diretoria da associação, amostragem estratificada, que segundo Gil (1999) caracteriza-se pela seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada. Precisando assim, construir uma relação de confiança para com os mesmos no intuito de termos acesso às atas de reunião da associação a fim de mapearmos quais foram às políticas públicas estruturantes e complementares que já haviam sido ou estavam em fase de implementação em cada uma das unidades visitadas. Já as demais entrevistas se deram por escolha aleatória simples, em decorrência de eliminarmos respostas tendenciosas para determinados grupos específicos, garantindo, assim, uma distribuição mais equânime nas respostas.

Quadro 02: Amostragem da pesquisa por assentamento.

Assentamento	Famílias	Fase de Implementação	Amostragem
Mundo Novo	76	Consolidação	Excluído
Cajazeiras	16	Consolidação	08
Santa Fé	26	Consolidação	13
Malacacheta	16	Consolidação	08
Croatá Jandaíra	26	Estruturação	13
Bernardo Marin II	34	Estruturação	17
Luís Carlos	06	Criação	03
Chico Mendes	13	Criação	06
Olga Benário	05	Criação	03
Riacho das Melancias	08	Criação	04
Santo Antônio	01	Criação	Excluído

Fonte: Adaptação do Autor, a partir das informações do INCRA (2016).

Para a construção do referencial teórico do referido trabalho, utilizou-se da revisão de literatura dos autores que discutem as questões referentes às temáticas do desenvolvimento, crescimento e progresso econômico de forma genérica, dentro dos teóricos das ciências econômicas e sociais, para posteriormente avançarmos em uma análise mais aprofundada nas principais obras de Amartya Sen, dado que a sua teoria de desenvolvimento como liberdade é

a principal matriz teórica desse trabalho. E em razão do lócus de estudo da pesquisa se dar no meio rural, não poderíamos nos furtar de realizar uma descrição pelos autores dos estudos rurais, que vão desde as temáticas da questão agrária, desenvolvimento territorial, pluriatividade, assentamentos rurais, até novas ruralidades.

Configuração das liberdades políticas nas realidades assentadas.

Resolvemos, nessa seção, trabalhar a liberdade instrumental Seniana das liberdades políticas, abordando assim, sobre a participação dos assentados nas assembleias das associações, capacidade de fiscalização, acompanhamento das ações realizadas pela gestão local.

Assim, essa seção se volta para as questões que estão diretamente relacionadas às noções de *accountability*, que dentro da concepção Seniana se volta às dimensões que os cidadãos têm de cobrar, acompanhar e fiscalizar as decisões que competem às formas de organizações coletivas da sociedade. Acompanhamento esse que se remete primordialmente à garantia da expansão das capacidades humanas, e, conseqüentemente, de seu bem-estar.

Assim, para o nosso objeto de estudo, queremos mapear de que forma se dá essa configuração da concepção de *accountability* nas realidades das unidades de reforma agrária. Dado que as mesmas se manifestam e se revelam geralmente de forma coletiva desde o seu período de ocupação – quando há –, ou pela sua fundação em modelos de gestão coletiva em sua manutenção e reprodução como unidades territoriais reformadas.

Portanto, a primeira questão que iremos trabalhar se refere à participação dos beneficiários em algum cargo na diretoria da associação do assentamento, conforme a tabela 25 abaixo. Em nossa pesquisa, tivemos uma representação expressiva dos membros que participam da diretoria da associação dos assentamentos, em decorrência de que precisaríamos conquistar a confiança dos mesmos para conseguirmos acesso às informações pertinentes às atas de reunião, que constassem as informações referentes aos projetos ou programas governamentais que já foram ou estão sendo implantados nos referidos assentamentos pesquisados, pois os membros da diretoria são detentores das informações que fluem de dentro para fora e vice-versa nos assentamentos, e são também os principais articuladores junto aos mediadores de órgãos estatais ligados ao processo de reforma agrária ou não, e dos movimentos sociais – esse último quando o assentamento possui esse vínculo de bandeira de luta.

Dessa forma, cerca de 30% dos nossos entrevistados nas realidades pesquisadas são membros da diretoria dos assentamentos pesquisados, em decorrência das motivações de viabilidade das informações da nossa pesquisa, como já anteriormente relatado. Enquanto que cerca de 70% não eram membros da diretoria na atual gestão, mas alguns chegaram a relatar que já participaram da diretoria dos seus respectivos assentamentos em gestões anteriores.

Durante as entrevistas era muito comum a lamentação de muitos dos entrevistados que faziam parte da diretoria, que estavam porque não tinham outras pessoas que quisessem assumir as responsabilidades da diretoria do assentamento. Outros alegam que foram escolhidos porque, segundo os demais membros do assentamento, eles eram pessoas letradas que sabiam ler, escrever e falar em público.

Já entre aqueles que não participavam da diretoria da associação dos assentamentos era notório o desconforto em querer participar de qualquer cargo na direção da mesma. Os mesmos geralmente diziam que sempre estariam dispostos a trabalhar no que for preciso em prol das decisões do grupo, mas desde que não lhes dessem cargo ou responsabilidade na diretoria da associação dos assentados.

Tabela 01: Exercício de cargo ou função na associação

Cargo ou Função	Consolidação	Estruturação	Criação
Presidência	7%	5%	7%
Tesoureiro	6%	8%	8%
Secretário	7%	8%	6%
Articulador	8%	12%	11%
Diretor Cultural	-	-	-
Não exerce nenhum cargo	73%	67%	68%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Perante todo esse cenário, procuramos mapear quais as principais razões de desinteresse dos assentados em participarem de cargos na diretoria dos seus referidos assentamentos. De acordo com a tabela 02, logo abaixo, a expressiva maioria alegava o fato da desunião dos beneficiários, tendo uma representação percentual de 100%, 80% e 75% para os assentamentos dos grupos em ‘Consolidação’, ‘Estruturação’ e ‘Criação’, respectivamente.

Já uma pequena minoria atribuída à falta de tempo, em decorrência dos afazeres domésticos, da lida com os animais e com a propriedade.

Tabela 02: Razão do desinteresse de participação na diretoria da associação.

Cargo ou Função	Consolidação	Estruturação	Criação
Falta de tempo	-	20%	25%
Só arranja inimizadas	-	-	-
Desunião dos beneficiários	100%	80%	75%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Ao verificar a frequência dos referidos beneficiários junto às reuniões promovidas pela associação dos assentamentos analisados, um detalhe chamou a nossa atenção durante as visitas: quanto mais antigo e mais estruturado fosse o assentamento, menor era o interesse dos assentados em frequentar as reuniões em que eram discutidas as decisões que cabiam aos interesses dos mesmos. E quanto menos estruturado fosse o referido assentamento, e maiores as restrições, maior era a participação nas decisões de ordem coletiva.

Dessa forma, podemos observar pela tabela 03 abaixo que o quesito ‘sempre participa’ é decrescente conforme o tempo de existência do assentamento. Tendo os seguintes valores percentuais 100%, 58% e 28% para os grupos de assentamentos em ‘Criação’, ‘Estruturação’, e ‘Consolidação’, respectivamente. Ao conversarmos com os técnicos do INCRA, que acompanham esses assentamentos há vários anos, os mesmos disseram que esse fenômeno tende a se repetir conforme a maturação e processo de consolidação dos referidos assentamentos. E que os assentamentos que atualmente possuem baixa frequência nas reuniões de suas associações, como os em ‘Consolidação’, já tiveram grande frequência e assiduidade quando as suas demandas em decorrência de suas restrições eram semelhantes aos assentamentos que durante a nossa pesquisa foram identificados como em ‘Criação’.

Assim, para esses técnicos, as questões referentes às assiduidades não estão diretamente relacionadas a comportamentos de compromissos com as demandas individuais ou coletivas dos mesmos, mas sim às sujeições ou não às formas de restrições que se impõem como barreiras à expansão de suas capacidades.

Outro dado que corrobora com essa informação repassada por esses técnicos são as representações percentuais de 36% e 28% para os grupos de assentamento em ‘Consolidação’

e ‘Estruturação’ do quesito que trata da participação nas reuniões da associação, quando a pauta lhe interessa diretamente. Tabela 03: Frequência na reunião da associação.

Frequência	Consolidação	Estruturação	Criação
Quando a pauta lhe interessa	36%	28%	-
Esporadicamente	18%	7%	-
Manda outro membro da família	18%	-	-
Nunca vai e nem manda ninguém	-	7%	-
Sempre participa	28%	58%	100%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Ainda dentro desse contexto sobre a participação dos assentados nas reuniões da associação, procuramos averiguar como se dá a presença dos pesquisados durante as reuniões. Tendo como quesito mais expressivo para ambos os grupos a interação ativa por meio da transmissão de suas ideias e opiniões, sendo que a representação percentual obedeceu a mesma sequência da tabela anterior, ou seja, quanto maiores forem as formas de restrições dos beneficiários, maior a sua participação, conforme podemos observar pela representação percentual da tabela 04, em que tivemos 100%, 86% e 46% para os grupos de assentamentos em ‘Criação’, ‘Estruturação’ e ‘Consolidação’, respectivamente.

Tabela 04: Participação na reunião da associação.

Forma de participação	Consolidação	Estruturação	Criação
Fala e expressa as suas ideias	46%	86%	100%
Fica só observando	9%	-	-
Tem vontade de falar, mas é tímido	9%	-	-
Considera que sua fala será em vão	18%	7%	-
Só fala quando perguntam sua opinião	18%	7%	-
Total	100%	100%	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Os dados da tabela 05 corroboram com as demais informações já apresentadas nas tabelas anteriores que retratam as questões que se referem ao exercício da cidadania por parte dos assentados, no que compete a fiscalizar e cobrar decisões de ordem coletiva das suas referidas unidades agrárias reformadas. Assim, ao consultarmos sobre o exercício dos seus direitos, novamente obtivemos uma representação decrescente, conforme o estado de

dificuldades de cada realidade pesquisada, ou seja, quanto maiores as formas de restrições, que impedem de expandir as suas capacidades, maiores são as suas participações como cidadãos ativos.

Portanto, obtivemos os seguintes resultados percentuais: 94,5%, 72% e 54,5% para os assentamentos que compõem os grupos em ‘Criação’, ‘Estruturação’ e ‘Consolidação’, respectivamente, no quesito que trata da cobrança e fiscalização nas decisões tomadas, conforme fala Sen (2000) na sua conceituação de *accountability*. A maior representação foi daqueles que disseram que prefeririam não se envolver nas questões tomadas ou decididas pelas assembleias das associações, por meio da diretoria. Foram os assentados do grupo em ‘Consolidação’ com uma representação percentual de 36,5%, seguido por 10,5% dos entrevistados do grupo em ‘Estruturação’.

Tabela 05: Forma de exercício dos seus direitos dentro do assentamento

Cargo ou Função	Consolidação	Estruturação	Criação
Cobra e fiscaliza as decisões tomadas	54,5%	72%	94,5%
Confia plenamente na diretoria	10%	17,5%	5,5%
Acha melhor não se envolver	36,5%	10,5%	-
Total	100%	100%	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Considerações Finais.

Aplicar a reflexão teórica Seniana de desenvolvimento como liberdade, dentro das realidades de unidades territoriais de reforma agrária foi a oportunidade de experienciar a materialização do conhecimento acadêmico e científico na prática cotidiana. Em outras palavras foi a experiência de transformar o conhecimento em uma prática vivencial dentro da realidade pesquisada.

Tudo em razão da aplicabilidade da matriz teórica escolhida para orientar as nossas formulações hipotéticas, e principalmente pelo objeto de estudo: as unidades assentadas. Esse objeto de estudo se qualifica pelas suas características e peculiaridades em formas de restrições e potencialidades, e a partir das articulações internas e externas às próprias realidades assentadas conseguem, geralmente, remover ou converter as suas formas de privações em expansão das suas respectivas capacidades.

Assim, analisando as *liberdades políticas* foi interessante percebermos a relação direta do comportamento *accountability* e de agência dos entrevistados com as formas de restrições existentes nos grupos analisados. Dessa forma, quanto maiores fossem as formas de privações maiores eram as capacidades de organização dos mesmos, de reivindicação junto ao poder público, em participação em atividades organizativas internas e externas ao assentamento, dentre outras.

Portanto, a realidade dos assentamentos em ‘Criação’, nesses aspectos anteriormente citados, destacou-se quando comparada aos dos demais grupos. Mas esses últimos também chegaram a relatar que esse fenômeno era mais comum em suas realidades assentadas nos primeiros anos, quando as necessidades coletivas ou individuais dos mesmos eram insuportáveis.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

D’Incao, M. C. Roy, G. *Nós cidadãos: autonomia e participação popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GOMES da SILVA, A e BASTOS, F. C. *Os estabelecimentos rurais de menor porte econômico de Semiárido nordestino frente as novas tendencias*. In: BUANAIN, A. M.;

ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; Navarro, Z. (Org.). *O Mundo rural no Brasil no século XXI: A formação de um novo padrão agrário e agrário*. Brasília - DF. Embrapa, 2014. p, 945 – 978.

MARTINS, J. S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3º Ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

NEVES, D. P. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Rio de Janeiro; Eduff, 1997.

PESSOA, J. de M. *A revanche camponesa*. Goiânia: UFG, 1999.

SAUER, S. Reflexões esparsas sobre a questão agrária e a demanda por terra no século XXI. In: STEDILE, J. P. (Org). *A questão agrária no Brasil: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 167 – 189.

SEN, Amartya ; KLIKBERG, B. *As pessoas em primeiro lugar: A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2010.

_____. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

_____. Drèze, J. *Glória e Incerteza: A Índia e suas contradições*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.